

## Retratos para a tradução

Revisão crítica do livro *Les traducteurs dans l'histoire*, editado por Jean Delisle e Judith Woodsworth\*

René Lemieux\*

Em 2014, o livro *Les traducteurs dans l'histoire* foi lançado em sua terceira edição francesa. Essa nova edição foi coordenada por Benoit Léger em colaboração com três estudantes da Universidade de Concordia, Alex Gauthier, Dominique Pelletier e Simon Saint-Onge. Publicado pela primeira vez em 1995 e editado por Jean Delisle e Judith Woodsworth (em francês, pela Editora da Universidade de Ottawa/edições UNESCO; em inglês pela John Benjamins Publishing Company/UNESCO Publishing), esse trabalho bilíngüe começou a apresentar divergências na época da segunda edição: a segunda edição francesa foi publicada pela Editora da Universidade de Ottawa, em 2007, e uma edição revisada foi publicada em inglês poucos anos mais tarde pela John Benjamins Publishing Company em 2012. Várias traduções do livro foram publicadas nesse meio tempo: em português (*Os tradutores na história*, Editora Ática, 1998, traduzido por Sérgio Bath), em espanhol (*Los traductores en la historia*, Editorial Universidad de Antioquia, 2005, tradução coordenada por Martha Pulido), em árabe por Mohammed Mahmoud Mustafa em 2006 (*Al-mutarğemūn 'abr al-tārīkh*, Kuwait, محمد محمود مصطفى: المترجمون عبر التاريخ) e em romeno (*Traducătorii în istorie*, Editura Universităţii de Vest, 2008, tradução coordenada por Georgiana Lungu-Badea)<sup>1</sup>.

A terceira edição francesa é portanto a tradução da segunda edição em inglês, ela restaura de alguma forma a equivalência entre as duas

---

\* Tradução francesa coordenada por Benoit Léger, com a colaboração de Alex Gauthier, Dominique Pelletier e Simon Saint-Onge, terceira edição, Québec, Presses de l'Université Laval, 2014, 402 p.

\* A versão em português deste texto foi revisada por Leandro de Oliveira Neris.

<sup>1</sup> Informação disponível [na página pessoal de Jean Delisle](#) (Universidade de Ottawa).

edições que havia sido perdida desde a segunda edição em inglês (o que dificultava o uso do livro no contexto de uma aula bilíngüe francês/inglês). As diferenças surgiram em grande parte porque novos conhecimentos foram desenvolvidos nesse campo. Nesse sentido, a edição francesa de 2007, já especificava algumas mudanças, particularmente nos verbetes sobre a “Escola de Toledo” que tinham sido preservados apesar dos trabalhos, entre outros, de Clara Foz (*Le Traducteur, L'Église et le Roi*, Ottawa, Presses de l'Université d'Ottawa, 1998), que questionaram a existência dessa “escola”<sup>2</sup>. Essa última edição ainda mantém a menção à escola de Toledo, mas insiste em sua qualidade mítica, mantendo sob a forma de arquivos a memória desse episódio que foi menos sobre a história da tradução como tal e mais sobre a história da história da tradução.

Em geral, não há grandes diferenças no plano temático nessa terceira edição, embora novas seções tenham aparecido: a contribuição da informática na tradução (no capítulo 4), uma discussão mais longa sobre a nova visão da tradução no século XXI (conclusão do capítulo 5) e uma seção sobre a tradução de textos sagrados orientais (conclusão do capítulo 6, com uma pequena seção sobre o sinólogo James Legge). A maioria das alterações ocorre sobretudo nas referências que foram adicionadas desde o início do projeto, bem como na reflexão geral sobre a história que o livro propõe. A esse respeito, Judith Woodsworth descreve no prefácio as principais tendências de transformação:

Considerando que a história tradicional tende a olhar para grandes eventos, para “grandes ações de grandes homens”, durante as últimas décadas, têm-se visto um número crescente de estudiosos que se interessam por pessoas comuns e que tentam, por conseguinte, contar a “história por baixo”. Historiadores da tradução souberam se beneficiar dessa abordagem. Por milênios, tradutores seguiram os “grandes homens” em suas “grandes ações”, mas eles ainda continuaram definidos pela sua condição de subalternos (como cativos, escravos ou híbridos étnicos, por exemplo). Ainda, as suas

---

<sup>2</sup> Jean Delisle e Judith Woodsworth, “Prefácio” à segunda edição francesa, *Les traducteurs dans l'histoire*, Ottawa, Presses de l'Université d'Ottawa, 2007, p. xxi.

identidades sociais, culturais e geográficas lhes permitiram atravessar fronteiras, negociar através das culturas e contribuir para o intercâmbio cultural e intelectual. Assim como a política de descolonização, identidade e feminismo têm não somente transformado a escrita histórica, mas também conferido sua marca sobre as narrativas de tradução<sup>3</sup>.

Mesmo se o livro conseguiu se desenvolver por adições regulares ao longo do tempo, ele permanece *inacabado*: sua construção ainda está em curso.

\*  
\*\*

O livro *Les traducteurs dans l'histoire* pode ser facilmente lido por um público não-especialista. Nesse sentido, ele é dirigido tanto aos curiosos sobre uma história literária não frequentemente abordada, a da tradução, como àqueles que praticam a tradução (literária ou não) e que gostariam de abrir um pouco a formas originais de traduzir. No entanto, o público-alvo continua a ser os estudantes de tradução matriculados no curso de “História da tradução” que normalmente é oferecido em programas de tradução em universidades.

Concebido como uma espécie de síntese dividida em temas, o livro pode ser dificilmente lido de forma contínua, pois as repetições podem ser cansativas. Essa foi uma das críticas que o livro recebeu após a primeira edição, e a qual a segunda edição francesa replicou:

Seria errado ver aí repetições que poderiam nos dispersar. [...] O vasto e complexo trabalho de tradutores excepcionais [Chaucer, Caxton, Tyndale, Lutero], cujas múltiplas contribuições são essenciais, justifica em grande parte o fato

<sup>3</sup> Judith Woodsworth, “Prefácio à segunda edição”, *Translators through History*, Jean Delisle e Judith Woodsworth (dir.), revista e ampliada por Judith Woodsworth, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2012, p. xiii-xiv. A nova edição em francês traz uma tradução desse prefácio.

de que eles aparecem em mais de um capítulo. Em cada capítulo, destaca-se um aspecto particular dessas contribuições<sup>4</sup>.

Na verdade, Lutero é essencial para entender as mudanças no ponto de vista que tradutores adotaram em relação aos textos sagrados na modernidade. Ele também é importante na compreensão das lutas de poder entre os príncipes e a igreja no Renascimento, ou mesmo na contribuição dos tradutores para o desenvolvimento e o estabelecimento da língua alemã contemporânea. Decorrentes da escolha dos temas que, em muitos aspectos, se sobrepõem, as temáticas escolhidas no início têm suas vantagens e desvantagens. Isso se deve provavelmente ao fato de que a história não pode ser “cortada” uniformemente, de que existem várias maneiras de perceber a história a fim de dividi-la: por períodos históricos (antiguidade, idade média, modernidade), por tipos de traduções ou produções textuais (tradução religiosa – a tradução do Alcorão encontra-se em três capítulos diferentes –, traduções literárias ou teatrais, mas também o surgimento de dicionários ou interpretação de línguas, ambos com seus capítulos próprios), ou áreas geográficas ou linguísticas (uma discussão sobre a tradução para as línguas indígenas pode ser encontrada no primeiro capítulo sobre os inventores de alfabetos, mas a tradução em hebraico moderno encontra-se no segundo capítulo sobre as línguas nacionais, após a seção sobre os tradutores suecos e a evolução do gbya em Camarões; o gaélico irlandês encontra-se no capítulo 3, sobre os tradutores como produtores de literaturas nacionais). É necessário mencionar que o livro não deve ser tomado como um “manual” para um curso sobre a história da tradução; ele deve ser reformulado e retrabalhado pelo professor ou pela professora de acordo com as divisões nas quais ele ou ela deseja se concentrar<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Jean Delisle e Judith Woodsworth, «Prefácio» para a segunda edição francesa, *op. cit.*, p. xx-xxi; minha tradução.

<sup>5</sup> Um exemplo: em um curso sobre a história da tradução ministrado no outono de 2014, pedi a meus estudantes para ler em duas partes o primeiro capítulo do livro sobre os criadores dos alfabetos: Úlfilas (gótico), Mesrob Machtots (armênio) e Cirilo e Metódio (eslavo) como um primeiro passo para uma aula sobre a tradução da Bíblia na idade média e James Evans (silábico cri) para uma segunda aula sobre a tradução da Bíblia na

Essa disparidade entre os temas, que ainda permanecem um tanto incomensuráveis entre si, carrega o rastro de um trabalho disciplinar ainda não estabelecido. Apesar de publicações recentes e o grande sucesso de um livro como *Les traducteurs dans l'histoire*, a história da tradução não constitui, parece-me, uma disciplina nem mesmo um campo acadêmico. Muitas vezes, os pesquisadores e as pesquisadoras nesse campo têm laços institucionais fora dos estudos de tradução e as publicações acadêmicas nessa área estão bastante preocupadas com a tradução em geral<sup>6</sup>. Eu tomaria a liberdade de oferecer uma explicação para esse fenômeno: a ausência de instituições na história da tradução seria o sinal de que esse campo está aberto às diversas disciplinas, se não a todas as disciplinas. Com efeito, todo o conjunto de conhecimentos que hoje circula na academia passou, em um momento ou em outro, pelo intermédio da tradução e esse processo de tradução tem uma história. Nesse sentido, o campo “história da tradução” toma a forma de um “caldeirão” em que diversas hipóteses sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, das artes, da literatura, etc., podem ser confrontadas.

Para quem não pertence à prática da tradução, nem a um programa em estudos da tradução, que imagem pode-se ter da história da tradução, depois de ter lido este livro? Proponho duas possibilidades

---

modernidade. O que foi omitido no livro, em minha opinião, foi a distinção entre o primeiro grupo – que são tradutores traduzindo em sua própria língua – e o último tradutor que traduz em paralelo com a missão de evangelizar os povos indígenas. A distinção permitiu-me apresentar uma forma diferente de conceituar os usos da tradução dos textos sagrados. Uma vez mais, esse trabalho de reajustamento é necessário se você quiser usar o livro em sala de aula. A divisão dos capítulos em subseções razoavelmente uniformes permite fazê-lo facilmente.

<sup>6</sup> Se a história da tradução pode ser um tema comum, institucionalmente, pesquisadores envolvidos não são, muitas vezes, filiados aos departamentos de tradução, mas sim aos departamentos de literatura comparada ou “nacional”, ou ainda, no caso de traduções de textos religiosos, aos departamentos de estudos teológicos (cristãos ou islâmicos). Se o interesse da pesquisa histórica pode se concentrar na tradução, não tenho conhecimento de qualquer instituição (departamentos, associações ou centros de pesquisa) que se dedica exclusivamente a essa área.

e ainda adicionaria uma terceira que delinearía de alguma forma um programa para pesquisas futuras.

A primeira possibilidade é de concluir que o objetivo da tradução da história é de compreender, sob a forma de “retratos”, as condições de possibilidade de uma prática literária que visa a fazer compreender um discurso enunciado em uma língua a uma pessoa que não fala essa língua. Assim, encontraríamos exemplos fascinantes dessa história no livro, dos criadores de alfabetos aos construtores de línguas nacionais, com os artesãos cujas personalidades são frequentemente muito fortes (penso particularmente em Étienne Dolet) ou ainda com práticas que podem parecer muito diferentes das idéias atuais que mantemos sobre tradução.

Uma segunda possibilidade poderia ser mencionada, mesmo se é mais difícil discerni-la no livro. Trata-se das concepções de tradução que foram formuladas ao longo da história. Temos tendência a simplificar o problema opondo dois tipos de tradução, significado-por-significado e palavra-por-palavra, como descrito por São Jerônimo, mas há toda uma variedade de reflexões sobre a tradução que é possível deduzir dos paratextos, como os prefácios, ou mesmo de textos autônomos, que nos permitem fazer uma história intelectual das questões relativas à prática da tradução. Trata-se de uma história de longa duração que envolve não só o contexto da elaboração desta reflexão sobre a tradução, mas também as várias respostas que foram oferecidas ao longo do tempo para questões e problemas comuns. Aos retratos de tradutores, assim podemos adicionar uma série de “paisagens” intelectuais da tradução. Essa maneira de pensar sobre a história também tem suas desvantagens, na medida em que ela pressupõe uma equivalência entre o pensamento dos autores desses textos e sua própria prática translacional, entre os projetos que os tradutores apresentam e os produtos que eles conseguem desenvolver, o que não é sempre o caso. Essa forma de fazer a história da tradução possui todavia a vantagem de situar os alunos em sua relação com a tradução e ainda pode oferecer materiais para interrogar novamente práticas antigas e, finalmente, questionar os “impensamentos” atuais na tradução.

Uma terceira possibilidade diz respeito ao fato de se poder fazer a história da história da tradução, isto é, de se questionar como tem

sido feita a pesquisa sobre a história da tradução, uma questão que, para falar o bourdieusiano, envolve a reprodução do “campo” disciplinar que é a história da tradução. Para reformular essa preocupação de forma diferente, podemos perguntar: como *despertar o gosto* pela história da tradução nos alunos e nas alunas que geralmente julgam o curso inútil em seu programa acadêmico? O livro, como introdução a práticas históricas, permite *despertar esse gosto* talvez menos pelo que ele diz e mais pelas zonas obscuras que nele persistem. *Les traducteurs dans l'histoire* não é uma enciclopédia universal e abrangente; nem tudo é dito sobre a história da tradução; muitas pesquisas devem ainda ser feitas e a necessidade de usar o livro para uma aula pode esclarecer o que é deixado em aberto, ou mesmo o que é rapidamente abordado.

A esse respeito, no curso ministrado no outono de 2014, permiti que as alunas fizessem uma pesquisa pessoal sobre um tema de sua escolha. A princípio, arrependi-me um pouco dessa decisão e confesso ter ficado um tanto decepcionado com os resultados, mas fiquei satisfeito com a reflexão que elas tiveram no final do curso. Elas expressaram um certo arrependimento por não terem tido mais oportunidades de escrever textos de pesquisa antes desse curso. Com efeito, muitos dos problemas que encontrei estão relacionados à falta de experiência que poderia ser facilmente superada se os estudantes tivessem que escrever mais artigos de pesquisa em seu programa acadêmico. O livro *Les traducteurs dans l'histoire* é então uma boa base para determinar um tema ou um tópico com o qual os estudantes podem trabalhar, em função também dos conhecimentos que eles ou elas já possuem. No que concerne ao ensino, é necessário portanto tirar proveito do *que não é dito* no livro, é necessário cada vez determinar *o que está faltando*, isto é, o que dá o desejo de prosseguir a investigação e a fim de tentar compreender um fenômeno. Pesquisa nunca significou outra coisa.

\*  
\*\*

A terceira possibilidade de pensar a história da tradução não é uma possibilidade reflexiva, somente acessível se você por ventura tiver

esgotado as duas outras. Pelo contrário, ela me parece ser a primeira possibilidade encontrada logo que se tem acesso a uma tradução em sua natureza *historial*. Um acontecimento ocorrido em minha aula me fez pensar sobre essa questão, quando, na sessão dedicada ao humanismo francês, apresentei Étienne Dolet (1509-1546), impressor, poeta e tradutor. Esse personagem é conhecido e continua a ser ensinado pelo fato de ter introduzido o termo “*traducteur*” em francês e por ter feito uma “má” tradução de Platão. Na verdade, Dolet adicionou três palavras (“rien du tout”, ou “absolutamente nada mais”) em uma discussão sobre a imortalidade da alma após a morte (“quando você tiver morrido, a morte também não será capaz de fazer coisa alguma, pois você não será *absolutamente nada mais*”). Essa tradução foi julgada herética pela faculdade de teologia da Universidade de Paris e Dolet foi queimado vivo em 1546. Dolet é ainda ensinado por uma terceira razão: em 1540, publicou um pequeno tratado intitulado *La manière de bien traduire d'une langue en autre*, composto por cinco regras muito simples. Recordemos que, no momento da escrita desse tratado, a tradução era predominantemente feita de idiomas eruditos – grego e latim – para novas línguas “nacionais”, como o francês. Aqui estão em francês as cinco regras de Dolet:

- 1) En premier lieu, il fault que le traducteur entende parfaitement le sens et la matiere de l'auteur qu'il traduit;
- 2) La seconde chose qui est requise en traduction, c'est que le traducteur ait parfaicte congnoissance de la langue de l'auteur qu'il traduit;
- 3) Le tiers point est qu'en traduisant il ne se fault pas asseruir iusques à la que l'on rende mot pour mot;
- 4) La quatriesme reigle que ie veulx bailler en cest endroit, est plus à obseruer en langues non reduictes en art, qu'en autres [...]. S'il aduient doncqes que tu traduis es quelque liure Latin en icelles [l'Italienne, l'Hespaignole, celle d'Allemagne, d'Angleterre, et autres vulgaires], mesmement en la Francoyse, il te fault garder d'vsurper mots trop approachans du Latin, et peu vsitez par le passé: mais contente toy du commun, sans innouer aucunes dictions follement, et par curiosité reprehensible;
- 5) La cinquiesme reigle que doibt obseruer vn bon traducteur [...] rien autre chose que l'obseruation des nombres

oratoires : c'est asscauoir vne liaison et assemblément des dictiones avec telle douceur, que non seulement l'ame s'en contente, mais aussi les oreilles en sont toutes rauies, et ne se faschent iamai d'une telle harmonie de langage<sup>7</sup>.

Um dos exercícios propostos em sala de aula teve como objetivo o de explicar como reflexões históricas sobre a tradução poderiam ser úteis hoje. Todas as alunas responderam por unanimidade – deveríamos nos surpreender? -que as três primeiras regras de Dolet e a última eram úteis e poderiam ser aplicadas como tal hoje. A quarta regra era, no entanto, problemática. Foram propostas três respostas: 1) a regra deve ser eliminada porque ninguém tem que traduzir do latim nos dias de hoje; 2) o equivalente do latim hoje é o inglês (ou qualquer outra língua estrangeira), então Dolet está dizendo que devemos evitar decalques; ou, finalmente, 3) o equivalente do latim hoje não é uma língua estrangeira, mas uma língua “científica ou técnica”, então Dolet está dizendo que temos de simplificar o idioma traduzido, dependendo do público-alvo. Em suma, todas as alunas tiveram o reflexo de “contemporizar” o problema – elas poderiam muito bem ter respondido que as regras de Dolet foram úteis para a compreensão da prática da tradução na época do Renascimento (o passado pelo passado) – e assim fizeram a partir de seus conhecimentos “tradutológicos” que muitas vezes operam em um modo binário com dicotomias do tipo fonte/alvo ou foranização/domesticação<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Étienne Dolet, *La manière de bien traduire d'une langue en autre*, Lyon, 1540. Um comentário de Mauri Furlan resume: 1) compreender o sentido e o tema do autor que é traduzido; 2) conhecer perfeitamente a língua do autor que é traduzido e a língua em que é traduzido; 3) traduzir *ad sententiam*; 4) utilizar a língua comum (hierarquia das línguas, uso de palavras comuns e não demasiado próximas do latim, cuidado com as inovações); 5) observar a harmonia do discurso (a cadência oratória). No artigo “Étienne Dolet e o ‘Modo de traduzir bem de uma língua a outra’”, *Cadernos de Tradução*, vol. 1, n. 21, 2008, p. 71.

<sup>8</sup> Nesta distinção, em especial sobre o termo “foranização” (de “fora”) do francês “*forainisation*” (a tradução de *foreignization* de Lawrence Venuti), ver Simon Labrecque em francês, “De la forainisation (à l'étrangéisation?)”, *Trahir*, julho 2014.

Esse exemplo envolve uma interpretação e tem consequências práticas para as várias disciplinas: como nós devemos interpretar o passado *pelo* presente? Aqui, é útil considerar um outro exemplo. Charles Le Blanc traduziu e publicou recentemente *De interpretatione recta* de Leonardo Bruni (1374-1444) em francês, em uma versão que se diz constituída da forma mais próxima possível do original. Com efeito, Le Blanc não traduz apenas um discurso histórico sobre a tradução; já que esse discurso oferece algo como uma metodologia, a sua tradução em si torna-se a aplicação desse método. A esse respeito, o tradutor relembra na introdução que o “humanismo” é um retorno aos textos antigos, e o pensamento da tradução de Bruni é coerente com tal retorno, pois esse pensamento convida a um retorno à *originalidade* do texto a ser traduzido e a uma transmissão dessa “origem” do texto por meio de uma tradução que deve ser uma “réplica” perfeita do original. Em seu livro *Le complexe d'Hermès*, Le Blanc expressa sua própria visão como uma continuação de Bruni:

[Para Bruni], as intervenções do tradutor no texto são necessárias para evitar erros, a invisibilidade do tradutor é o resultado da aplicação das normas metodológicas. Por meio do texto traduzido, exprime-se bem mais do que um sentido: revela-se principalmente uma maneira de ser, de falar e de pensar – que idealmente deveriam ser aquelas da Antiguidade clássica, mas que muitas vezes são as do tradutor. [...] No entanto, como foi mencionado acima: uma tradução é o resultado de um diálogo entre o autor e seu tradutor. Em qualquer diálogo, as partes estão envolvidas, o que contribui para a formação do discurso em si, de modo que uma intervenção do tradutor no trabalho do autor é inevitável, quaisquer que sejam as precauções tomadas para limitá-la. Por conseguinte, as regras de tradução se destinam a assegurar a substituição do original pela tradução e balizar o papel do tradutor, criando de alguma forma uma situação de *alienação do tradutor em relação ao autor*. Essa situação de alienação na qual se impõe a invisibilidade e, por assim dizer, o silêncio do

tradutor, mestre da comunicação, forma, o que foi chamado em outra parte, o *complexo de Hermes*<sup>9</sup>.

Portanto, é útil ler a tradução que faz Le Blanc de Bruni, bem como compará-la com as outras. Por exemplo, em uma passagem, podemos ler (primeiro em latim, em seguida, em francês e, finalmente, em uma tradução literal da tradução francesa de Le Blanc):

Quid de verbis in greco relictis dicam, que tam multa sunt, ut semigreca quedam eius interpretatio videatur? Atqui nihil grece dictum est, quod latine dici non possit! Et tamen dabo veniam in quibusdam paucis admodum peregrinis et reconditis, si nequeant commode in latinum traduci. Enim vero, quorum optima habemus vocabula, ea in greco relinquere ignorantissimum est. Quid enim tu mihi “politiam” reliquis in greco, cum possis et debeas latino verbo “rem publicam” dicere? Cur tu mihi “oligarchiam” et “democratiam” et “aristocratiam” mille locis inculcas et aures legentium insuasissimis ignotissimisque nominibus offendis, cum illorum omnium optima et usitatissima vocabula in latino habeamus? Latini enim nostri “paucorum potentiam” et “popularem statum” et “optimorum gubernationem” dixerunt. Utrum igitur hoc modo latine prestat dicere, an verba illa, ut iacent, in greco relinquere?

Que devrais-je dire alors des mots laissés en grec, lesquels sont si nombreux qu’il semble que la traduction soit, pour ainsi dire, en grec pour la moitié? Et pourtant rien ne se peut dire en grec qui ne le peut en langue latine! J’ometts certains passages exotiques et abstrus que l’on ne peut, certes, traduire facilement, mais c’est un signe d’abyssale ignorance que de laisser en grec des mots pour lesquels il existe des correspondants. Pourquoi parler de « *politie* » [πολιτεία] si l’on a le mot « *république* » que l’on peut et doit utiliser?

<sup>9</sup> Charles Le Blanc, introdução a Leonardo Bruni, *De interpretatione recta/ De la traduction parfaite*, trad. Charles Le Blanc, Ottawa, Presses de l’Université d’Ottawa, 2008, p. 8-9. A referência ao “complexo de Hermes” vem de seu livro *Le complexe d’Hermès. Regards philosophiques sur la traduction*, Ottawa, Presses de l’Université d’Ottawa, 2009.

Pourquoi en mille endroits placer « oligarchie », « démocratie » et « aristocratie » offensant ainsi les oreilles des lecteurs avec des mots tout aussi peu d’usage qu’ils sont connus, tandis qu’il existe pour eux tous des mots excellents et for utilisés?\* Les auteurs latins disaient, quant à eux, « pouvoir de la minorité », « état populaire » et « gouvernement des meilleurs ». Est-ce donc préférable de s’en remettre à l’usage ou bien aux néologismes?\*\*\*<sup>10</sup>

O que devo dizer então sobre as palavras deixadas em grego, as quais são tão numerosas que parece que a tradução é, por assim dizer, pela metade em grego? E entretanto não há nada que se possa dizer em grego que não se possa dizer em língua latina! Eu omito algumas passagens exóticas e herméticas que não podem, é claro, ser traduzidas facilmente, mas é um sinal de ignorância abismal deixar em grego palavras para as quais existem correspondentes. Por que falar “politia” [πολιτεία]<sup>11</sup> se possuímos a palavra “república” que podemos e devemos usar? Por que empregar em mil lugares “oligarquia”, “democracia” e “aristocracia”, ofendendo assim os ouvidos dos leitores com palavras de pouco uso, ao passo que existem para eles palavras excelentes e bastante usadas?\* Os autores latinos diziam, no entanto, “o poder da minoria”, “estado do povo” e “o governo dos melhores”. É melhor confiar no uso ou bem nos neologismos?\*\*\*

Há duas notas no final do livro para este parágrafo (abaixo, encontram-se tais notas em francês e, logo em seguida, sua tradução):

<sup>71</sup> [\*] Ce passage, surréaliste pour des lecteurs de notre époque, possède néanmoins un intérêt pour la traductologie en ce qu’il montre que Bruni dénie à la traduction le droit d’introduire des mots, des expressions et des métaphores nouvelles qui pourraient enrichir la langue d’arrivée.

<sup>10</sup> Leonardo Bruni, *De interpretatione recta/ De la traduction parfaite*, *op. cit.*, §43, p. 118-119.

<sup>11</sup> Em português, na tradução de Aristóteles, usa-se “democracia” para πολιτεία e “demagogia” para δημοκρατία.

<sup>72</sup> [\*\*] Sans forcer le texte, nous proposons ici une traduction par le sens afin d'assurer une certaine unité au discours de l'Arétin. Le texte latin dit littéralement: « Est-il donc préférable de dire ainsi, en latin, ou bien de laisser comme ils sont les mots grecs?<sup>12</sup> »

\* Esta passagem, surreal para os leitores do nosso tempo, apresenta contudo um interesse para a tradutologia, na medida em que mostra que Bruni nega à tradução o direito de introduzir palavras, expressões e novas metáforas que podem enriquecer a tradução da língua-alvo.

\*\* Sem forçar o texto, propomos aqui uma tradução pelo sentido a fim de assegurar uma certa unidade ao discurso do Aretino. O texto latino diz literalmente: “É, portanto, preferível dizer em latim ou deixar as palavras como estão em grego?”

Para a última parte da tradução citada acima, Le Blanc decide transformar um pouco o texto para torná-lo contemporâneo, mas ele faz isso de forma um pouco paradoxal: ele usa a palavra “*néologisme*”, que em si mesma é não apenas um neologismo, mas também, literalmente, uma composição de dois decalques do grego antigo (*νέος* e *λόγος*). É interessante comparar esse parágrafo traduzido por Le Blanc com outras traduções do texto de Bruni, por exemplo em português e em inglês, em que a escolha do tradutor foi diferente (cito apenas a última parte, em que as palavras gregas são usadas):

Por que, pois, me deixas em grego *politeia*, quando podes e deves dizer a palavra latina *res publica*? Por que tu me repetes em mil passagens *oligarchia*, *democratia*, *aristocratia*, e feres os ouvidos dos leitores com nomes dos mais desaconselhados e desconhecidos, quando temos em latim vocábulos muitíssimo excelentes e usados para todos eles? Pois nossos latinos disseram *paucorum potentia* [poder de poucos], e *popularis status* [estado popular], e *optimorum gubernatio*

[governo dos nobres]. Por isso, é melhor falar deste modo em latim ou deixar aquelas palavras em grego como estão?<sup>13</sup>

Why, tell e, do you leave *politeia* in Greek, when you can and ought to use the Latin words *res publica*? Why obtrude in a thousand places the words *democratia* and *oligarchia* and *aristocratia*, and offend the ears of your readers with outlandish and unfamiliar terms when we have excellent and widely used terms for all of them in Latin? For we Latins say “the power of a few” (*paucorum potentia*) and “popular constitution” (*popularis status*) and “rule of the best” (*optimorum gubernatio*). Is it best to use Latin in this way, or to leave the words as they are in Greek?<sup>14</sup>

Não é preciso saber aqui ler em inglês para ver facilmente que as palavras “em grego” foram transcritas de forma literal e que os equivalentes latinos permaneceram no texto. Em ambos os casos, uma intervenção marcada pelo tradutor é visível: em português, elas estão incluídas no texto, mas uma tradução é fornecida entre colchetes; em inglês, as palavras latinas estão entre parênteses (em português: “o poder de poucos”, “constituição popular”, “governo dos melhores”).

A intervenção do tradutor, seja qual for, em um caso como no outro, não é superficial e sem consequências, ela traz implicações tanto estéticas, como políticas e éticas para o “diálogo” que o tradutor mantém com o autor e seus contemporâneos. Ora, é inútil tentar decidir aqui quem traduz melhor ou quem é capaz de trazer da melhor forma possível o leitor da tradução “para” o autor original; do mesmo modo, é inútil comparar as intenções de um ou outro em termos de fidelidade ao passado histórico. Com efeito, temos que levar em conta o fato de que uma tradução de textos históricos

<sup>13</sup> Leonardo Bruni, “Da tradução correta”, trad. Mauri Furlan, *Scientia Traductionis*, no. 10, Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET), Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, p. 45.

<sup>14</sup> Leonardo Bruni, “On the Correct Way to Translate”, trans. James Hankins, *The Humanism of Leonardo Bruni. Selected Texts*, Gordon Griffiths, James Hankins et David Thompson (dir.), Binghamton, New York, Center for Medieval and Early Renaissance Studies, State University of New York at Binghamton, 1987, p. 228.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 132.

## TRAHIR

sempre implica uma “contemporanização” dos textos. Nessa transformação inevitável do texto, é necessária uma lente dupla que leve em conta o *endereço* do autor (no sentido de seu discurso) e também o *endereço* do tradutor<sup>15</sup>. Uma história da tradução em “paisagens” em paralelo a uma história de “retratos” parece ser necessária para completar a reflexão já realizada nessa área, adicionando uma “tradução da história” à “história da tradução”. A esse respeito, a tradutologia como disciplina pode contribuir para todas as disciplinas de ciências humanas e sociais. Se a institucionalização da “história da tradução” ainda não está concluída, talvez seja porque ela está aberta a pesquisadores e pesquisadoras de outras disciplinas que vêm nela um interesse para seus próprios trabalhos.

---

<sup>15</sup> Com o meu colega Simon Labrecque, com base em um debate clássico entre o “textualismo” da escola de Strauss e o “contextualismo” da escola de Cambridge do pensamento político, tentamos conceituar o problema em um artigo publicado na terceira edição da revista [Le Cygne noir \(primavera 2015\)](#).